

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014



ADMINISTRATIVA

TIPO 1 - BRANCA

Organizadora:



04

Analise os trechos I e II a seguir.

- I. *“Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 14, o voto é facultativo para os analfabetos, aos maiores de 70 anos e para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.”* (6º§)
- II. *“É obrigatório para os cidadãos entre 18 e 70 anos, sendo necessário justificar a ausência em qualquer seção eleitoral, no dia da eleição, sob pena de multa.”* (6º§)

Os trechos anteriores compõem uma cadeia de referência que é quando em um texto há um ou mais fragmentos textuais sem referência autônoma, cuja interpretação depende do valor referencial em um processo de catáfora, anáfora ou elipse. Ao analisar a cadeia de referência dos trechos I e II, verifica-se que

- A) o termo anafórico *“a eleição”* no trecho II retoma o valor referencial do antecedente *“o voto”*.
B) a interpretação referencial do termo *“Constituição”* do trecho I depende da sua relação anafórica com o termo *“o voto”*.
C) a catáfora expressa no sujeito do trecho II deve ser interpretada elipticamente, pois retoma o valor referencial do antecedente *“o voto”*.
D) há elipse do sujeito do trecho II, mas esse sujeito continua a ser interpretado anaforicamente, por retomada do valor referencial do antecedente *“o voto”*.

05

Em *“À exceção do cargo de senador, que tem mandatos com duração de oito anos, os demais cargos eletivos têm mandatos de quatro anos.”* (2º§), é correto afirmar que, sintaticamente, o referido período é composto por oração subordinada

- A) adjetiva restritiva. C) substantiva predicativa.
B) adjetiva explicativa. D) substantiva completiva nominal.

06

O texto *“Eleições no Brasil”* apresenta de forma sucinta o histórico do processo eleitoral e as normas em vigor. No segundo parágrafo, a autora cita: os cargos eletivos que são disputados no âmbito federal e estadual, para os cargos de: *“Presidente da República (e vice), Senador, Deputado Federal, Governador (e vice) e Deputado Estadual; eleições municipais – para os cargos de Prefeito (e vice) e Vereadores”*. Sabe-se que, ao serem eleitos e empossados serão diferencialmente tratados, inclusive pelo emprego dos pronomes de tratamento e vocativos que obedecem à secular tradição. O vocativo *“Excelentíssimo Senhor”* deve ser empregado ao se referir às seguintes autoridades:

- A) Senador da República e Deputado Federal.
B) Presidente da República e Senador da República.
C) Presidente da República (e vice) e Deputado Federal.
D) Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Congresso Nacional.

07

“As eleições no Brasil são realizadas através do voto direto, secreto e obrigatório. A primeira eleição da qual existem registros no Brasil, ocorreu em 1532, por meio da qual foi escolhido o representante do Conselho da Vila de São Vicente.” (1º§). Para desenvolver o trecho anterior, utilizou-se uma

- A) exploração de aspectos temporais que obedece a uma lógica de ordenação ao desejar estabelecer uma retrospectiva histórica.
B) citação de razões ou motivos que comprovam a afirmativa presente no tópico frasal que destaca as características do voto no Brasil que é direto, secreto e obrigatório.
C) exemplificação que esclarece a afirmativa contida no tópico frasal por meio de dados históricos que contextualizam o surgimento do primeiro processo eletivo brasileiro.
D) enumeração que tem como objetivo relacionar aspectos importantes, informações perenes e detalhes pormenores da forma como foram escolhidos os representantes do povo.

Texto para responder às questões de 08 a 10.

Ao se casar, a cientista ambiental *Annie Leonard* recusou-se a buscar em uma joalheria da moda o seu anel de ouro, novo em folha, como costuma acontecer à maioria dos noivos nesse momento, repleto de simbolismos. Preferiu garimpar em um antiquário uma peça usada, que lhe ornasse o dedo anular. O episódio é descrito em seu extraordinário livro *A História das Coisas* (Editora Zahar), em que a autora faz uma análise sobre a origem das coisas que consumimos no dia a dia. Ela relaciona essa origem aos processos produtivos, nem sempre limpos, como ocorre com o algodão de nossas prosaicas camisetas básicas, ou mesmo o ouro, cuja extração ao redor do mundo ainda deixa um rastro obscuro de devastação ambiental, social, humana.

Ao optar por não estimular o consumo do metal, nossa protagonista rompeu com a cadeia produtiva nefanda na qual o ouro costuma estar metido. Embora haja iniciativas ao redor do mundo que tentam limpar a pegada do metal precioso, fato é que para a América Latina o tema carece de emergencial revisão.

Entre 2001 e 2013, cerca de 1.680 km² de floresta tropical, algo como a cidade de São Paulo, foi perdido para a atividade ilegal na região, conforme recente estudo feito pela Universidade de Porto Rico, liderado pela pesquisadora *Nora Álvarez-Berrios* e publicado na revista *Environmental Research Letters*.

(Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/02/bmineracao-na-amazoniab-e-o-falso-brilho-da-festa.html>. Acesso em: 06/02/2015. Fragmento Adaptado.)

08
O significado mais adequado para a palavra “garimpar”, no contexto apresentado, é

- A) procurar meticulosamente.
- B) buscar palavras raras para expressar-se.
- C) extrair da terra substâncias minerais úteis ou preciosas.
- D) catar furtivamente metais preciosos em terreno privativo.

09
O significado mais adequado para a palavra “nefanda”, no contexto apresentado, é

- A) tirânica.
- B) extensa.
- C) execrável.
- D) complexa.

10
No trecho “(...) que lhe ornasse o dedo anular.” (1º§), o termo destacado refere-se a

- A) antiquário.
- B) peça usada.
- C) dedo anular.
- D) cientista ambiental.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11
O Internet Explorer 9 possui um modo integrado para você acessar, monitorar e interagir com os arquivos que baixar: o Gerenciador de download. Este lista os arquivos baixados da internet e permite manter o controle dos downloads por meio de informações para cada arquivo. São informações do arquivo baixado, EXCETO:

- A) Extensão e nome arquivo.
- B) Localização no computador.
- C) Endereço do site de origem.
- D) Permissão de acesso do arquivo.

12
Ao manipular arquivos e pastas no Windows XP pode ser necessário excluir arquivos ou pastas. Quanto a este fato, analise as afirmativas a seguir.

- I. Imediatamente após a exclusão deve-se utilizar o comando Desfazer para reverter a operação.
- II. Pode-se recuperar arquivo ou pasta na lixeira, pois esta armazena temporariamente os arquivos excluídos.
- III. Ao manter pressionada a tecla CTRL e pressionar a tecla DELETE sobre o arquivo selecionado excluirá o arquivo ou pasta sem envio para a lixeira.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

17

Como regra geral, o serviço público é desempenhado por aqueles que exercem cargos públicos ou função de confiança. No que se refere ao efetivo desempenho das atribuições dos cargos públicos ou da função de confiança, é correto afirmar que estas se darão no

- A) prazo de 30 dias, a partir da publicação do ato de provimento.
- B) prazo de 15 a 45 dias, contados a partir do ato de remoção, no caso do servidor removido para exercício em outro município.
- C) prazo de 30 dias, contados a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data do ato de designação da função de confiança.
- D) prazo de 15 dias, a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data de publicação do ato de designação da função de confiança.

18

O servidor empossado em cargo efetivo, ao iniciar o exercício de suas atividades, se submeterá ao estágio probatório, cuja finalidade é a realização da avaliação de sua aptidão e capacidade de desempenho do cargo. A avaliação do servidor nas condições mencionadas considera fatores específicos, dentre os quais:

- A) A disciplina e a assiduidade.
- B) A produtividade e a imparcialidade.
- C) A capacidade de criação e a disciplina.
- D) A responsabilidade e a capacidade de criação.

REGIMENTO INTERNO DO TRE/MG

19

O Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) (Resolução do TRE/MG nº 873, de 10/11/2011, e alterações posteriores) disciplina, dentre outras matérias, a sua forma de organização. Em relação à composição do Tribunal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais é composto por sete membros, sendo dois escolhidos dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, mediante eleição, por voto secreto.
- B) Os Juízes do Tribunal, titulares ou substitutos, servirão obrigatoriamente por dois anos e nunca por mais de dois biênios consecutivos, não podendo ser dispensados da função eleitoral antes do transcurso do biênio.
- C) Não podem fazer parte do Tribunal cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, devendo ser excluído, neste caso, aquele que tiver sido escolhido por último.
- D) Não podem fazer parte do Tribunal, no período compreendido entre a homologação da convenção partidária destinada à escolha de candidatos e a proclamação dos eleitos, o cônjuge, o companheiro, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo na circunscrição.

20

Sobre a competência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG), faz parte de suas atribuições jurisdicionais processar e julgar originariamente

- A) os pedidos de mandado de segurança contra atos administrativos do Tribunal.
- B) os pedidos de *habeas data* e de mandado de injunção, em todos os casos previstos na Constituição.
- C) o pedido de designação dos membros do Ministério Público Estadual para exercerem as funções de Promotor Eleitoral junto aos Juízos e Juntas Eleitorais.
- D) as ações de impugnação de mandato eletivo apresentadas contra candidato eleito em pleitos federal, inclusive para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, e estadual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

“Mercedes é cidadã da Moldávia e está em trânsito pelo Brasil, tendo ficado retida no aeroporto internacional sediado no município Y, sem data provável de liberação para o seu destino final. Dada a sua condição de estrangeira, o serviço local suscita dúvidas quanto à aplicabilidade dos direitos fundamentais à sua situação.” Nos termos da Constituição Federal, os direitos e garantias fundamentais são garantidos quanto à sua inviolabilidade expressamente aos estrangeiros

- A) visitantes do Brasil.
- B) residentes no Brasil.
- C) investidores no Brasil.
- D) em missão eventual no Brasil.

22

“O Estado T pretende organizar os serviços eleitorais que atuam no seu território e o Chefe do Poder Executivo local encaminha à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido.” Nos termos da Constituição Federal, a competência para legislar sobre o tema eleitoral é:

- A) Privativa da União Federal. C) Repartida entre todos os entes da federação.
B) Própria dos Estados federados. D) Concorrente entre Estados federados e União Federal.

23

“Hélio, após longa carreira profissional na área de Exatas, resolve mudar o seu rumo e realizar um curso de Ciência Política tendo se deparado com o estudo das diversas formas de sufrágio já adotadas no país. Ficou surpreso ao verificar que a existência de bens de raiz (ou imóveis) já constou como requisito para o exercício do voto, bem como a proibição de participação dos mendigos no processo de votação.” Esse sistema antigo foi superado pelas modernas Constituições e, atualmente, vigora a forma de sufrágio considerada

- A) especial. B) múltipla. C) universal. D) capacitária.

24

Uma das grandes modificações no sistema de remuneração dos agentes políticos foi a instituição de um limite, denominado de “teto”, para o pagamento de valores em espécie. Observada a divisão entre os poderes e entre os entes federativos, determinou-se que o limite aplicável ao(s)

- A) Prefeitos é o subsídio mensal dos Governadores do Estado vinculados.
B) Defensores Públicos estaduais é o subsídio mensal do Governador do Estado.
C) Juízes estaduais é o subsídio mensal dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
D) Presidente da República é o subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

25

Dentre as inúmeras atribuições do Poder Legislativo existem aquelas que devem obter a sanção do Presidente da República; nesse caso está a

- A) autorizar referendo. C) resolução de tratado internacional.
B) aprovar o estado de defesa. D) transferir temporariamente a sede do Governo.

26

O Presidente da República possui normas constitucionais específicas que definem a sua responsabilidade política e criminal. No caso da caracterização de cometimentos de crimes comuns pelo ocupante do mais alto cargo do Estado, ele deverá ser julgado pelo:

- A) Senado Federal. C) Tribunal Penal Especial.
B) Congresso Nacional. D) Supremo Tribunal Federal.

27

No âmbito da competência do Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário, está a aprovação das denominadas súmulas vinculantes que têm, inclusive, efeito em relação à administração pública direta e indireta, em todas as esferas. Consoante às normas constitucionais, a revisão da súmula vinculante emitida poderá ser provocada pelo:

- A) Comitê Especial. C) Presidente da República.
B) Conselho de Ministros. D) Pleno do Congresso Nacional.

28

O Superior Tribunal de Justiça possui um amplo rol de competências, inclusive criminais, consideradas como originárias em decorrência da denominada prerrogativa de função portada por determinados agentes públicos. Nesse rol de autoridades cuja atuação em fatos considerados, em tese, criminosos de natureza comum, implica a atração da competência para que o processo seja julgado por esse Colendo Tribunal estão os:

- A) Comandantes das Forças Armadas federais.
B) Integrandos dos Ministérios Públicos estaduais.
C) Membros dos Tribunais de Contas dos Estados.
D) Prefeitos de municípios com mais de um milhão de habitantes.

29

Na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais são designados magistrados originários da Justiça Federal Comum que podem ser juízes que integram os Tribunais Regionais Federais nos locais de sede desses órgãos ou juízes de primeiro grau. Em qualquer situação, o órgão do Poder Judiciário responsável pela escolha do magistrado federal a integrar a Corte Eleitoral será o:

- A) Tribunal Regional Federal. C) Tribunal Superior Eleitoral.
B) Tribunal Regional Eleitoral. D) Superior Tribunal de Justiça.

30

A Justiça Eleitoral tem uma peculiar organização no texto constitucional federal, sendo uma das ramificações da Justiça da União, embora os Tribunais Regionais Eleitorais tenham coordenação realizada por magistrados que têm origem na Justiça dos Estados e que compõem a presidência e a vice-presidência desses órgãos. Nos termos da Constituição Federal, são considerados órgãos da Justiça Eleitoral:

- A) Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais.
B) Juízes Eleitorais e Comarcas Eleitorais.
C) Tribunal Superior do Trabalho e Municípios Eleitorais.
D) Tribunais Regionais Eleitorais e Circunscrições Eleitorais.

31

O princípio da legalidade constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito estabelecendo um claro limite para a atuação do administrador público. Nessa trilha, é correto afirmar que a lei na administração pública é

- A) comando normativo autorizativo.
B) campo para o exercício da vontade individual.
C) passível de lacuna preenchível autoritariamente.
D) desnecessária diante da existência de atos administrativos.

32

Os mais modernos postulados da gestão administrativa, tanto no setor privado quanto no âmbito dos órgãos públicos, determinam que os atos administrativos observem os padrões usuais de moralidade que estão indissociavelmente vinculados a critérios de escolha pautados pela

- A) ética. B) avaliação. C) subordinação. D) standardização.

33

O ato administrativo é uma espécie de ato jurídico e possui alguns requisitos dentre os quais a competência do agente público para praticar o ato. Nesse tópico, havendo autorização legal, com o intuito de efetuar revisão do ato proferido pela autoridade originária, será possível aplicar a denominada

- A) remessa. B) avocação. C) intervenção. D) plausibilidade.

34

No âmbito da administração pública existe a prática de vários atos que são objetos de classificação pelos estudiosos. Nesse âmbito constam os denominados atos de império que compõem a classificação de acordo com o seu

- A) objeto. B) alcance. C) destinatário. D) regramento.

35

Quando a lei estadual Y determina que os atos administrativos sobre o tema P devem ser praticados de acordo com a aplicação de determinados formulários constantes em manual existente no âmbito da Secretaria de Fazenda está impondo ao administrador público o poder

- A) finalístico. B) vinculado. C) controlador. D) discricionário.

36

O poder regulamentar é um dos mais relevantes para a Administração Pública e, em regra, concretiza-se via decreto expedido pelo chefe do Poder Executivo. Nos termos da Constituição Federal, quando o decreto regulamentador expedido pelo Executivo é exorbitante, caberá a sua suspensão pelo:

- A) Congresso Nacional. C) Câmara dos Deputados.
B) Senado da República. D) Supremo Tribunal Federal.

37

Quando o Estado estabelece limitações e restrições ao exercício de determinadas profissões e existe lei criando uma entidade responsável pela fiscalização está sendo realizado o

- A) ato especial. C) funcionamento regular.
B) poder de polícia. D) intervencionismo burocrático.

38

“Genial é administrador público, gerindo bens e valores, devendo apresentar relatórios sobre os seus recebimentos e gastos aos órgãos de controle interno e de controle externo. Em determinado período, Genial não apresenta a necessária prestação de contas.” Nos termos da lei que regula a improbidade administrativa tal ato afronta o(s)

- A) erário público. C) enriquecimento sem causa.
B) padrão regulamentar. D) princípios da administração pública.

39

Com o intuito de controlar a atividade do servidor público para efeito de atividade proba, evitando o enriquecimento ilícito, determina a lei de improbidade que no momento da posse em cargo público seja condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu

- A) patrimônio privado. C) patrimônio privado e dos seus genitores.
B) patrimônio privado e de amigos íntimos. D) patrimônio privado incluindo eletrodomésticos.

40

Ao normatizar a licitação como procedimento, o Estado procura obter os melhores preços e os contratantes mais habilitados para prestar serviços e alienar bens. Os atos licitatórios devem, dentre outros princípios, observar o da

- A) dispensa. B) conclusão. C) identificação. D) impessoalidade.

41

Em determinadas épocas de crise há necessidade de flexibilizar as licitações, sendo um caso de dispensa previsto na Lei Federal nº 8.666/1993 a

- A) intervenção da União para regular preços.
B) alienação de bens imóveis pelo maior preço.
C) contratação de profissionais notoriamente especializados.
D) atuação do estado federado para normalizar abastecimento.

42

Determinados materiais são fornecidos de forma exclusiva por determinadas empresas, o que inviabiliza a competição e torna o procedimento licitatório inexigível. Nesse caso deve a empresa, se quiser realizar o fornecimento à Administração Pública, comprovar a exclusividade mediante a apresentação de

- A) atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação.
B) declaração de marca fornecida pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação.
C) certidão de quitação fornecida pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação.
D) comprovante de filiação fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação.

43

“O responsável pela administração de determinado órgão público tem ciência de ato de indisciplina praticado por um servidor subordinado diretamente. A ciência ocorreu informalmente não tendo ocorrido qualquer reclamação escrita e nem informações dos demais envolvidos nos fatos.” De acordo com os termos da Lei Federal nº 9.784/1999, o processo administrativo disciplinar deve ter início

- A) de ofício pela autoridade competente.
B) exclusivamente por representação da vítima.
C) por recomendação única do Ministério Público.
D) concentradamente por ato formal do chefe do Executivo.

44

Os Tribunais Regionais Eleitorais possuem competência originária determinada pelo Código Eleitoral, dentre as quais encontram-se o registro e o cancelamento do registro das candidaturas a:

- A) Prefeito. B) Vereador. C) Conselheiro. D) Governador.

45

“Fabrício é servidor público e mantém relações conturbadas com seu subordinado Elche, gerando antipatias mútuas, que se transformam em inimizade. Em determinado momento é instaurado um processo administrativo disciplinar contra o servidor Elche sendo arrolado como testemunha o seu chefe Fabrício.” De acordo com os termos da Lei Federal nº 9.784/1999, o processo administrativo disciplinar admite o(a)

- A) atuação de testemunha impedida.
- B) não depoimento de inimigos notórios do servidor.
- C) utilização do processo para resolver contendas pessoais.
- D) inquirição de quaisquer depoentes não prevendo afastamentos.

46

Dentre as peculiaridades do contrato administrativo consta sanção que extrapola os limites contratuais e que, consoante à Lei Federal nº 8.666/1993, consiste na

- A) interdição do local da obra.
- B) declaração de inidoneidade.
- C) rescisão unilateral da avença.
- D) multa de 100% do valor da prestação.

47

“G é governador do estado Y e pretende candidatar-se ao Senado.” Nesse caso, de acordo com as normas constantes da Constituição Federal, deverá

- A) permanecer no cargo até o final do pleito.
- B) permanecer no cargo até um mês antes do pleito.
- C) renunciar ao mandato até três meses antes do pleito.
- D) renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito.

48

“Fábio tem ciência de irregularidades na eleição proporcional ocorrida no estado Y e deseja obter informações sobre os requisitos para a impugnação de mandato eletivo. Assim, consulta a advogada Deise, especializada na área, que lhe responde que, nos termos da Constituição Federal, o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça _____ no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) Especial
- B) Federal
- C) Estadual
- D) Eleitoral

49

Os partidos políticos são dotados de autonomia e devem, nos seus estatutos, regular a disciplina e fidelidade partidária. Após a sua regular constituição de acordo com a lei civil deve, de acordo com a Constituição Federal, registrar seu estatuto no(a):

- A) Junta Eleitoral.
- B) Circunscrição Eleitoral.
- C) Tribunal Superior Eleitoral.
- D) Tribunal Regional Eleitoral.

50

“J é Juiz Eleitoral sendo membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral VV e está sendo acusado de cometer crime eleitoral.” Nos termos do Código Eleitoral, a competência para o seu julgamento será do:

- A) Tribunal Regional Eleitoral.
- B) Tribunal Superior Eleitoral.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça.

51

Os Juízes Eleitorais têm inúmeras competências de acordo com o Código Eleitoral, dentre as quais a de dividir a zona em

- A) áreas eleitorais.
- B) seções eleitorais.
- C) setores eleitorais.
- D) circunscrições eleitorais.

52

De acordo com a Resolução nº 803/1999 do TRE-MG, nas ausências ou impedimentos do Corregedor Regional Eleitoral, ou em casos de urgência, a designação do novo titular da jurisdição eleitoral incumbirá ao:

- A) Presidente do Tribunal.
- B) Juiz mais antigo do Tribunal.
- C) Vice-presidente do Tribunal.
- D) Juiz mais moderno do Tribunal.

PROVA DISCURSIVA**ORIENTAÇÕES GERAIS**

As provas discursivas para o cargo de Técnico Judiciário:

- serão compostas de 2 (duas) questões discursivas no valor de 5,00 (cinco) pontos cada, perfazendo um total máximo de até 10,00 (dez) pontos na etapa. Cada questão consistirá na elaboração de texto de, no mínimo, **10 (dez)** e, no máximo, **15 (quinze) linhas**;
- têm o objetivo de avaliar o conteúdo e o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa, e, para tanto, o candidato deverá produzir com base em tema formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão;
- deverão ser manuscritas, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

A folha de textos definitivos das provas discursivas não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação das provas discursivas. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de textos definitivos acarretará a anulação das provas discursivas.

A folha de textos definitivos será o único documento válido para avaliação das provas discursivas. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação.

A folha de textos definitivos não será substituída por erro de preenchimento do candidato.

Questão 01

“Epitácio é Juiz Eleitoral e foi designado para atuar na 2255ª Junta Eleitoral vinculada ao TRE do Estado Y. Para organizar as atividades do órgão, consulta o Tribunal Regional Eleitoral sobre a composição da Junta, os prazos que devem ser respeitados para a composição da Junta e as suas atribuições.”

De acordo com as normas do Código Eleitoral, apresente os termos da resposta à consulta formulada.

RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Questão 02

“Menelau é servidor público e é cientificado por sua chefia direta da necessidade de investigar determinadas pessoas que atuam no seu local de trabalho, servidores e prestadores de serviço, vez que existe desconfiança quanto à realização de atos ilícitos. Após a averiguação sumária, são colhidos indícios para abertura de processo administrativo. Com as conclusões, a autoridade diante das provas colhidas aplica as sanções previstas na legislação estatutária. Ao aplicar as sanções, comunica os atos ao Ministério Público que, diante das circunstâncias, entende que existem responsabilidades e danos a compor para além das sanções administrativas aplicadas. Houve a constatação de que os servidores públicos receberam bens móveis e imóveis a título de comissão para garantir a omissão dos agentes públicos com atribuição nas fiscalizações das compras de bens para utilização pela administração. Por isso, prejuízos foram causados aos órgãos públicos.”

Baseado no caso exposto e de acordo com a lei de improbidade administrativa, quais as sanções que podem ser decretadas por decisão judicial, em fase liminar e em sentença?

RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas do tipo 1 (BRANCA). Portanto, **verifique se sua folha de respostas (Prova Objetiva) também se refere ao tipo 1** e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1) Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - este caderno de provas contendo 60 questões, cada qual com 4 alternativas de respostas (A, B, C, e D), e duas questões discursivas, com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas, numerada de 1 a 60;
 - uma folha de texto definitivo destinada às questões da prova discursiva, com o máximo de 15 (quinze) linhas.
- 2) Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala.
- 3) Ao receber a folha de respostas e a folha de texto definitivo, você deve OBRIGATORIAMENTE:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e da escrita da prova discursiva/redação;
 - marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar ambas as folhas, nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- 4) As questões objetivas são identificadas pelos números situados acima dos seus enunciados.
- 5) Na redação do texto da prova discursiva, o candidato deverá observar as seguintes regras:
 - a primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas;
 - será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida;
 - a folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de sua anulação. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará ANULAÇÃO da prova discursiva.
- 6) Durante a aplicação da prova NÃO será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira, grafite e borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- 7) A Consulplan realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de texto definitivo.
- 8) O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de tinta indelével de cor azul ou preta. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de texto definitivo por erro do candidato.
- 9) O tempo disponível para a realização da prova é de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
- 10) Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de texto definitivo, sendo que não é permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- 11) Somente após decorridas 2 horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, porém, sem levar o caderno de provas.
- 12) Somente no decorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- 13) Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de texto definitivo e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do concurso público.
- 14) Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário.
- 15) Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico <http://www.consulplan.net>, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da sua realização.
- 16) O candidato que desejar interpor recursos contra a aplicação das provas e contra os gabaritos preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, ou seja, de 00h00min do dia 31 de março de 2015 até as 23h59min do dia 2 de abril de 2015, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília/DF.